

PP – Política de Privacidade

Informação Pública

Compromisso da OCTEA com a proteção e a privacidade dos dados pessoais.

Versão 001



Sumário

1. Visão Geral.....	3
1.1 Introdução	3
1.2 Objetivo	3
1.3 Norma Aplicáveis – Referencias Legais.....	3
2. O Conceito	4
2.1 Conceito.....	4
3. Direito dos Titulares dos Dados	6
3.1 Direitos	6
4. Responsabilidades e Penalidades	8
4.1 Responsabilidades de Usuários.....	8
4.2 Penalidades.....	8
5. Compromissos da Octea	9
5.1 Como a OCTEA Assegura a Proteção de Dados Pessoais	9
6. Dados Pessoais.....	10
6.1 Coleta dos Dados Pessoais	10
6.2 Utilização dos Dados - Motivação	10
6.3 Com quem os dados são compartilhados.....	11
6.4 Como os dados são protegidos.....	11
7. Responsáveis.....	13
8. Disposições Gerais.....	14
9. Publicidade	14
10. Resolução de Conflitos	14
11. Responsáveis, Classificação e Controle do Processo	15
11.1 Classificação de Informação	15
11.2 Controle de Versão, Revisão do Documento.....	15

1. Visão Geral

1.1 Introdução

O presente documento estabelece as regras da POLÍTICA DE PRIVACIDADE adotadas pela OCTEA TECNOLOGIA E SERVICOS S.A. ("Octea"), pautadas em princípios éticos e legais e é aplicável a titulares de dados, isto é, clientes, administradores, conselheiros, diretores, empregados, ex-empregados, prestadores de serviço, profissionais terceirizados, fornecedores de bens, consultores externos e quaisquer outras pessoas naturais que se relacionem com esta empresa.

A política de privacidade descreve como uma empresa coleta, usa, armazena e compartilha informações pessoais dos seus clientes, profissionais e terceiros eventualmente envolvidos nas operações, informando aos clientes e terceiros sobre seus direitos em relação aos seus dados e como a empresa os utiliza, garantindo transparência e segurança, portanto, de extremo valor e importância para a OCTEA, sendo elemento fundamental para o desenvolvimento de sua atividade empresarial.

1.2 Objetivo

São objetivos da presente Política:

- Estabelecer diretrizes para tratamento de dados pessoais realizado pela OCTEA, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD) e demais normativas, assegurando que as atividades envolvendo dados pessoais sejam conduzidas com responsabilidade, ética, transparência e respeito aos direitos fundamentais dos titulares.
- Garantir que o tratamento de dados pessoais, inclusive por meios digitais, respeite os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade, transparência, segurança, prevenção e não discriminação, conforme estabelecido pela LGPD, assegurando os direitos dos titulares de dados ao acesso, correção, portabilidade, eliminação, revogação do consentimento, promovendo um ambiente de confiança e conformidade legal.

1.3 Norma Aplicáveis – Referencias Legais

A matéria tratada nesta Política é pautada na legislação vigente, especialmente na Constituição Federal, Código Civil, Código Penal, Consolidação das Leis do Trabalho, além da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018; no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), bem como nas normas e regulamentos complementares editados pela Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que disciplinam aspectos específicos sobre o tratamento de dados pessoais, os direitos dos titulares e a governança em privacidade.

Esta Política se encontra, ainda, em consonância com os procedimentos que tratam da tecnologia e segurança da informação, cibersegurança, controle de acesso lógico e físico, sigilo e confidencialidade, arquivamento e eliminação de documentos e utilização de equipamentos e tecnologias.

2. O Conceito

2.1 Conceito

Para fins desta Política deverão ser adotados os seguintes conceitos:

Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que serão objeto de tratamento.

Usuários (ou usuário, quando individualmente considerado): todas as pessoas naturais que utilizarem os serviços, sendo titulares dos dados ou não.

Terceiro: pessoa ou entidade que não participa diretamente em contrato, ato jurídico ou negócio, ou que, pode ter interesse em um processo jurídico.

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Agentes de tratamento: o controlador e o operador.

Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD): órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entes privados.

Banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.

Códigos maliciosos: qualquer programa de computador, ou parte de um programa, construído com a intenção de provocar danos, obter informações não autorizadas ou interromper o funcionamento de sistemas e/ou redes de computadores.

Cookies: são arquivos armazenados nos computadores ou dispositivos móveis dos usuários ao acessar uma página.

Confidencialidade: garantia de que a informação é acessível somente por pessoas autorizadas.

Integridade: garantia da exatidão e íntegra da informação e dos métodos de seu processamento.

Segurança da informação: conjunto de práticas e métodos voltados para a preservação da confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação.

Anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

Dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

Violação de dados pessoais: violação de segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

3. Direito dos Titulares dos Dados

3.1 Direitos

Esta Política é aplicável a todos os titulares de dados que têm ou tiveram algum vínculo com a OCTEA, e/ou seus clientes, sejam empregados, prestadores de serviços, fornecedores e ou parceiros e demais partes interessadas durante a atividade operacional, mesmo após o término do regime jurídico a que estavam submetidos. O titular dos dados possui os seguintes direitos amparados pela legislação vigente (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais):

Confirmação e acesso: É o direito de obter confirmação de quais dados pessoais são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais. (art. 18, I e II);

Retificação: É o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados. (art. 18, III);

Limitação do tratamento dos dados pessoais: É o direito de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados. (art. 18, IV);

Oposição: É o direito de, a qualquer momento, se opor ao tratamento de seus dados pessoais por motivos relacionados com a sua situação particular, em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados. (art. 18, § 2º)
Portabilidade de dados: titular pode solicitar a transferência de seus dados para outro fornecedor de serviço ou produto. (art.18, inciso V);

Eliminação de dados tratados com consentimento: O titular pode solicitar a exclusão dos seus dados que foram tratados com base em seu consentimento, ressalvadas as exceções previstas em lei (como para cumprimento de obrigações legais). (art.18, VI);

Informação sobre compartilhamento de dados: O titular tem o direito de ser informado sobre as entidades públicas e privadas com as quais o controlador compartilhou seus dados (art.18, VII);

Informação sobre consentimento: O titular deve ser informado sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e as consequências do ato. (art.18, VIII);

Revogação do consentimento: O titular pode revogar seu consentimento a qualquer momento. (art.18, IX e § 5º do art. 8º da LGPD);

§ 1º O titular dos dados pessoais tem o direito de peticionar em relação aos seus dados contra o controlador perante a autoridade nacional.

§ 2º O titular pode opor-se a tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento ao disposto nesta Lei.

§ 3º Os direitos previstos neste artigo serão exercidos mediante requerimento expresso do titular ou de representante legalmente constituído, a agente de tratamento.

§ 4º Em caso de impossibilidade de adoção imediata da providência de que trata o § 3º deste artigo, o controlador enviará ao titular resposta em que poderá:

- I - Comunicar que não é agente de tratamento dos dados e indicar, sempre que possível, o agente; ou
- II - Indicar as razões de fato ou de direito que impedem a adoção imediata da providência.

§ 5º O requerimento referido no § 3º deste artigo será atendido sem custos para o titular, nos prazos e nos termos previstos em regulamento.

§ 6º O responsável deverá informar, de maneira imediata, aos agentes de tratamento com os quais tenha realizado uso compartilhado de dados a correção, a eliminação, a anonimização ou o bloqueio dos dados, para que repitam idêntico procedimento, exceto nos casos em que esta comunicação seja comprovadamente impossível ou implique esforço desproporcional. (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019);

§ 7º A portabilidade dos dados pessoais a que se refere o inciso V do caput deste artigo não inclui dados que já tenham sido anonimizados pelo controlador.

§ 8º O direito a que se refere o § 1º deste artigo também poderá ser exercido perante os organismos de defesa do consumidor.

Peticionar contra o controlador: O titular pode apresentar uma reclamação sobre seus dados contra o controlador, diretamente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). (art.18, § 1º);

A Resolução CD/ANPD nº 2/2022 estabelece que agentes de tratamento de pequeno porte têm um prazo de 15 dias corridos para fornecer uma declaração completa em resposta ao titular (artigo 15);

4. Responsabilidades e Penalidades

4.1 Responsabilidades de Usuários

A Política institui as obrigações dos usuários ao utilizarem os serviços da OCTEA e de seus clientes, colaboradores, empregados, prestadores de serviços, fornecedores e ou parceiros e demais partes interessadas durante a atividade operacional:

Zelar pela veracidade das informações: ser responsável por manter seus dados pessoais corretos e atualizados, inclusive aqueles fornecidos em ambiente corporativo (como e-mails de trabalho e contatos profissionais), assumindo as consequências por eventuais omissões ou erros no cadastro.

Não compartilhar login e senha: O login e senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado, sendo pessoal e intransferível.

Não interferir, comprometer ou interromper o serviço: (i) Não é permitida a inserção de conteúdo ou códigos alheios à operação (ii) O usuário não deverá utilizar robôs, sistemas de varredura e armazenamento de dados (como “spiders” ou “scrapers”), links escondidos ou qualquer outro recurso escuso, ferramenta, programa, algoritmo ou método coletor/extrator de dados automático para acessar, adquirir, copiar ou monitorar o serviço, sem permissão expressa por escrito da empresa.

Não usar, reproduzir, compartilhar ou distribuir conteúdo da OCTEA sem autorização expressa: Ao acessar os serviços deverá se declarar respeito integral a todos os direitos de propriedade intelectual e os decorrentes da proteção de marcas, patentes e/ou desenhos industriais, depositados ou registrados, bem como todos os direitos referentes a terceiros que porventura estejam, ou estiverem de alguma forma, disponíveis no serviço.

O simples acesso ao serviço não confere qualquer direito ao uso dos nomes, títulos, palavras, frases, marcas, patentes, imagens, dados e informações, dentre outras, que nele estejam ou estiverem disponíveis. A reprodução dos conteúdos descritos anteriormente está proibida, salvo com prévia autorização por escrito ou caso se destinem ao uso exclusivamente pessoal.

Zelar pela propriedade intelectual e/ou industrial dos serviços: É vedada a utilização do serviço para finalidades comerciais, publicitárias ou qualquer outra que contrarie a finalidade para a qual foi criada, sob pena de serem aplicadas as sanções da Lei nº 9.610, de 1998, que protege os direitos autorais no Brasil, assumindo os usuários toda e qualquer responsabilidade, de caráter civil e/ou criminal, pela utilização indevida das informações, textos, gráficos, marcas, imagens, enfim, todo e qualquer direito de propriedade intelectual ou industrial do serviço.

É importante esclarecer que o uso comercial das expressões utilizadas nos serviços, quais sejam a marca, nome empresarial ou nome de domínio, além dos conteúdos do serviço, informações, assim como os programas, bancos de dados, redes e arquivos que permitem que o usuário acesse sua conta, estão protegidos pelas leis e tratados internacionais de direito autoral, marcas, patentes, modelos e desenhos industriais.

4.2 Penalidades

Na hipótese de descumprimento da Política de Privacidade, em razão de má conduta, a OCTEA poderá restringir seu acesso e de sua empresa respondendo legalmente por essa conduta.

5. Compromissos da Octea

5.1 Como a OCTEA Assegura a Proteção de Dados Pessoais

A **OCTEA** se compromete a observar os princípios de proteção de dados estabelecidos no art. 6º da LGPD, cumprir as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no serviço, bem como garantir direitos e garantias legais, complementando controles de segurança para proteção dos dados que são coletados, fazendo uso de várias tecnologias e empregando medidas técnicas e administrativas para evitar e detectar acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas.

Os dados e informações coletados dos titulares são incorporados ao banco de dados, sob responsabilidade da **OCTEA** e domínio armazenado em ambiente seguro, observado o estado da técnica disponível, sendo acessados por pessoas qualificadas e autorizadas.

A **OCTEA** afirma que não compartilha, vende ou apresenta os dados pessoais dos titulares para terceiros, salvo com base em contratos ou termos congêneres, sendo que os parceiros e operadores assinam contratos ou termos que dispõem do fiel cumprimento da LGPD e cláusulas de responsabilidade em caso de não cumprimento.

A **OCTEA** se exime de quaisquer responsabilidades por eventuais danos e/ou prejuízos decorrentes de falhas, vírus ou invasões do banco de dados, salvo nos casos de dolo ou culpa da companhia.

Constatada a ocorrência de violação de segurança que redunde na violação de dados pessoais que possa causar algum risco para direitos e liberdades pessoais, seja ela de modo acidental ou ilícito, a **OCTEA**, dentro do prazo adequado, qual seja de 03 (três) dias após ciência do incidente, se compromete a comunicar aos titulares e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados – **ANPD**, nos exatos termos da legislação vigente (Resolução ANPD nº 15/2024) e na conformidade do prazo estabelecido pela Agência Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD), garantindo-se o prazo de resposta pela mencionada Agência.

Não será, em nenhuma hipótese, responsável pela instalação, no equipamento do usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit ou quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na internet pelo usuário.

Em hipótese alguma a **OCTEA** responsabiliza-se por eventuais danos diretos, indiretos, emergentes, especiais, imprevistos ou multas causadas, em qualquer matéria de responsabilidade, seja contratual, objetiva ou civil (inclusive por omissão ou outras), decorrentes de qualquer forma de uso do serviços, além de ausência de responsabilidade decorrente de: (i) Equipamento infectado ou invadido; (ii) Equipamento avariado; (iii) Proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários; (iv) Abuso de uso dos computadores dos usuários; (v) Monitoração clandestina do computador dos usuários e (vi) Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários.

O tratamento de dados pessoais sensíveis será realizado mediante prévio e expresso consentimento do titular dos dados. Poderá ser realizado sem o consentimento, quando for indispensável para o cumprimento de obrigação legal, judicial ou regulatória, para o tratamento compartilhado de dados previstos em políticas públicas, realização de estudos, exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, proteção da vida, tutela da saúde, prevenção de fraude e segurança do titular, na forma prevista em lei.

6. Dados Pessoais

6.1 Coleta dos Dados Pessoais

Somente são coletados dados pessoais indispensáveis para os processos de relacionamento das empresas com a **OCTEA**, tais como nome, CPF (ou Razão Social e CNPJ, no caso de Pessoas Jurídicas), endereço, e-mail, telefones para contato, nacionalidade, naturalidade, gênero, raça, dados profissionais, informações sobre integridade, saúde financeira, entre outros.

Ao tratar os seus dados ou da empresa cliente, a **OCTEA** busca respeitar todos os princípios estabelecidos no artigo 6º da LGPD, especialmente o princípio da necessidade, que estabelece que o tratamento de dados pessoais deve ser limitado ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, de forma proporcional e não excessiva.

Os Dados pessoais são usualmente coletados:

Pelo cadastro: Em geral, seus dados são coletados quando você preenche os campos de cadastro em algum dos nossos sistemas ou formulários, seja por solicitação da OCTEA ou qualquer um de seus clientes.

Por meio de outros bancos de dados Públicos ou Privados: Alguns dos seus dados podem ser coletados por meio de API (Application Program Interface) de banco de dados de sistemas de outros órgãos ou entidades da Administração Pública ou Privadas.

Por meio de cookies: Também coletamos dados por meio de cookies, que são pequenos arquivos de texto enviados pelo site ao computador do usuário e que nele ficam armazenados.

Pela navegação nos sites: Também são coletados dados quando: (i) há utilização dos nossos serviços; (ii) preenchimento de formulários, comentários, eventos online, buscas e interações de serviços ou conteúdos; e (iii) acesso aos serviços pelo computador, telefone celular, smart TV e/ou outro dispositivo de acesso. Os dados coletados a partir do seu acesso aos serviços incluem: (i) localização aproximada (latitude e longitude); endereço de IP; informações do dispositivo de acesso (como identificador da unidade, identificador de publicidade, nome e tipo de sistema operacional); informação da conexão de internet; tipo do navegador, páginas e conteúdos acessados.

6.2 Utilização dos Dados - Motivação

Oferecer serviço de qualidade às empresas clientes: Os dados são coletados para oferecer serviços de pré-cadastro, cadastro, homologação, gestão contínua de risco e performance dos clientes essenciais estabelecendo relacionamentos comerciais com eles.

Compartilhar os dados da empresa com possíveis clientes e parceiros: Os dados são coletados para compartilhamento com parceiros da OCTEA e realização dos trabalhos, conforme contratos firmados.

Prestar suporte técnico: Os dados podem ser usados para auxílio em ações que visam prover suporte técnico e operacional, garantir a segurança e a funcionalidade dos serviços; prevenir atividades ilegais, fraudulentas ou suspeitas, que possam provocar danos à OCTEA ou à terceiros.

Comunicação: Os dados coletados podem se prestar para chamados, chats online, mensagens por aplicativos como, mas não se limitando, whatsapp, ligações telefônicas entre outros.

6.3 Com quem os dados são compartilhados

Com quem compartilhamos seus dados: O uso, acesso e compartilhamento da base de dados formada nos termos da presente Política de Privacidade poderão ser feitos dentro dos limites e propósitos das atividades legais e operacionais da **OCTEA**. As bases poderão ser fornecidas e disponibilizadas para acesso e/ou consulta de:

Cientes, parceiros comerciais e ou fornecedores, empregados, prestadores de serviços e prospects da OCTEA: Para clientes, parceiros comerciais e prospects que possuam relação comercial com a **OCTEA** e possivelmente são ou querem também ser clientes ou fornecedores de sua empresa.

Demandas judiciais: A **OCTEA** poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas ou de outra forma necessária para cumprir com nossas obrigações legais. Caso ocorra, você será informado, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça.

6.4 Como os dados são protegidos

A **OCTEA** se compromete a aplicar boas práticas de segurança alinhadas aos padrões técnicos e regulatórios exigidos, para proteger seus dados de possíveis vulnerabilidades.

Considerado que nenhum sistema é inviolável, a **OCTEA** empenha todos os esforços para implementar políticas e medidas de preservação de dados contra acesso, uso, alteração, divulgação ou destruição não autorizados que incluem a proteção física e lógica dos ativos, cópias de segurança periódicas, comunicações criptografadas, registros de eventos, rastreabilidade e salvaguarda de logs, gestão sobre os acessos, cláusulas de responsabilidade nos contratos firmados com empresas que atuem como operadoras de dados, e soluções de segurança de redes, como firewalls e balanceadores de carga.

A **OCTEA**, por si, seus empregados, prestadores de serviços, fornecedores e seus clientes somente não serão responsabilizados nos casos em que restar comprovada a culpa exclusiva de terceiros – como em ataques externos inevitáveis mesmo diante da adoção de medidas de segurança adequadas — ou a culpa exclusiva do próprio titular, quando este, por iniciativa própria, compartilhar seus dados com terceiros de forma independente da atuação da **OCTEA**. Ainda assim, a empresa compromete-se a manter mecanismos de prevenção e controle e a comunicar tempestivamente o titular e a ANPD, em até três dias úteis após a ciência do fato, sempre que ocorrer incidente de segurança que possa representar risco ou dano relevante aos direitos e liberdades pessoais, conforme previsto na Resolução ANPD nº 15/2024.

Os dados pessoais tratados com base no consentimento do titular serão conservados até o término da finalidade que justificou a coleta, salvo se o titular exercer o seu direito de solicitar a exclusão antes desse prazo. Nessa hipótese, a eliminação será realizada em conformidade com a legislação vigente e com os procedimentos internos de segurança da informação, assegurando-se, sempre que tecnicamente viável, a anonimização dos dados pessoais.

A **OCTEA** reforça que, em todos os casos, o tratamento obedecerá ao princípio da finalidade, sendo interrompido tão logo cesse a necessidade ou haja revogação do consentimento, ressalvadas as hipóteses legais de conservação, conforme constante da tabela abaixo.

Categoria / Documento	Prazo de Guarda	Base Legal / Fundamento	Destinação Final
Contratos de Trabalho e Termos de Rescisão	5 anos durante o vínculo + 2 anos após rescisão	CF art. 7º, XXIX; CLT art. 11; LGPD art. 15	Eliminação segura após prescrição
Exames médicos, PCMSO, PPRA, LTCAT, PPP	20 anos após desligamento	NR-7, NR-9, Portaria MTE 6.734/20; Lei 13.787/2018	Guarda permanente em caso de insalubridade
Folha de Pagamento, GFIP, GPS, RAIS	5 anos	CTN arts. 173 e 174	Eliminação segura
Registros de Ponto	5 anos	CLT art. 74 §2º	Eliminação segura
Livros Contábeis e Fiscais (Diário, Razão)	10 anos	Lei 8.212/91; Decreto-Lei 2.052/83	Guarda permanente
Notas Fiscais e Comprovantes de Pagamento	5 anos	CTN arts. 173 e 174; Código Civil art. 205	Eliminação segura
Contratos Comerciais e Cíveis	10 anos após rescisão	Código Civil art. 205	Eliminação segura
Contratos de Consumo	5 anos após execução	CDC art. 27	Eliminação segura
Processos Judiciais	2 anos após trânsito em julgado	CPC art. 975	Eliminação segura
Logs de Acesso a Sistemas e Aplicações	6 meses	Marco Civil da Internet art. 15	Eliminação segura
Registros de Consentimento e Logs de Tratamento	Vigência + 6 meses	LGPD arts. 15 e 16	Eliminação segura
Relatórios de Incidentes e Auditorias	5 anos	LGPD art. 48; ISO 27035	Guarda permanente

A eliminação dos documentos físicos ou digitais deverá ocorrer de forma segura, por meio de trituração física, incineração ou métodos eletrônicos de sobrescrita e exclusão criptográfica (crypto erase) impedindo a reconstrução dos documentos.

Todo descarte deverá ser registrado com a data, responsável e meio de destruição, observando-se o princípio da prestação de contas previsto no art. 6º, X da LGPD.

A revisão desta Tabela será realizada anualmente pelo Encarregado de Dados (DPO), em conjunto com o Comitê de Segurança da Informação, visando assegurar que os prazos de guarda estejam compatíveis com as exigências legais e operacionais da empresa.

7. Responsáveis

A **OCTEA** designou formalmente seu encarregado de proteção de dados, em atendimento ao art. 41 da LGPD, com a função de atuar como canal de comunicação entre os titulares, a empresa e a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD). O encarregado terá como atribuições: (i) aceitar reclamações, comunicações e solicitações dos titulares, prestando esclarecimentos e adotando providências cabíveis; (ii) receber comunicações da ANPD e adotar as medidas necessárias para seu encaminhamento interno; (iii) orientar os colaboradores e gestores sobre práticas relacionadas à proteção de dados pessoais; (iv) coordenar ações de conformidade, incluindo a atualização da política de privacidade e de proteção de dados; e (v) executar demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em regulamentos da ANPD.

Em caso de ausência, impedimento ou vacância, as funções do encarregado serão exercidas por substituto formalmente designado, de modo a não comprometer o exercício dos direitos dos titulares nem a comunicação com a ANPD.

Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (Data Protection Officer – DPO)

Nome: Daniel Ribeiro

E-mail de contato: lgpd@octea.com.br

Substituto do Encarregado (DPO Substituto)

Nome: Alex Ferraresi

E-mail de contato: alex.ferraresi@octea.com.br

8. Disposições Gerais

Tolerância: A tolerância da OCTEA relativamente ao descumprimento de qualquer das obrigações e regras ora estipuladas, não será considerada novação, renúncia ou perdão tácito a qualquer direito, constituindo mera liberalidade, que não impedirá a OCTEA de exigir do Usuário o fiel cumprimento desta Política, a qualquer tempo.

Casos Omissos: Todas as diretrizes desta Política se estenderão aos casos omissos, que deverão ser encaminhados ao Comitê de Segurança da Informação para avaliação do caso concreto e posterior deliberação.

Revisões: A OCTEA se reserva o direito de revisar, adicionar ou modificar esta Política com a finalidade de aprimorar e garantir o perfeito funcionamento das regras definidas, especialmente em razão da evolução tecnológica, devendo a revisão, adição ou modificação ser notificada aos Usuários por meio eletrônico, a fim de que tenham plena ciência das atualizações.

9. Publicidade

Para publicidade e conhecimento geral dos Usuários da **OCTEA**, uma cópia desta Política será fixada no site da empresa.

10. Resolução de Conflitos

Dúvidas e conflitos que venham a surgir sobre a aplicação da lei e o tratamento, poderão ser consultados perante a Autoridade Nacional da Proteção de Dados e demais órgãos que julgar necessários, assim como a adoção de medidas técnicas, administrativas e judiciais.

11. Responsáveis, Classificação e Controle da Política

11.1 Classificação de Informação

Informação Pública	Informação Interna	Informação Confidencial	Informação Restrita
X			

11.2 Controle de Versão, Revisão do Documento

Data	Versão/Revisão	Responsável	Aprovador	Descrição
19/11/2025	001	CEO	Sergio Wainer CEO	• Aprovação da documentação
05/11/2025	001	Carolina Marzo Analista de Processos	Governança Diretoria	• Alteração do layout Otea
15/10/2025	001	Consultoria Jurídica	Deborah G. de Sousa	• Revisão
01/09/2025	001	Qualidade e Processos Governança	Governança Diretoria	• Autoria